



AVISO

Recrutamento de 2 trabalhadores para o exercício de funções em regime de mobilidade na categoria de Técnico Superior para a Direção-Geral do Tribunal de Contas

Torna-se público que a Direção-Geral do Tribunal de Contas (DGTC) pretende recrutar, por recurso à mobilidade na categoria, nos termos do disposto nos artigos 92.º e seguintes da Lei Geral do Trabalho em Funções Públicas, aprovada em anexo à Lei n.º 35/2014, de 20 de junho, 2 (dois) trabalhadores com relação jurídica de emprego público previamente estabelecida para o exercício de funções na Divisão de Administração Geral (DAG), nos seguintes termos:

Referência A – 1 posto de trabalho de Técnico Superior, destinado a candidatos/as habilitados/as com Licenciatura na área de Engenharia Civil.

Referência B - 1 posto de trabalho de Técnico Superior, destinados a candidatos/as habilitados/as com Licenciatura na área de Direito.

Caracterização dos postos de trabalho

As funções a exercer são as enquadráveis no conteúdo funcional da carreira e categoria de técnico superior, no âmbito das competências da Divisão de Administração Geral de Administração Geral (DAG), conforme Regulamento de Organização e Funcionamento da Direção-Geral do Tribunal de Contas-Sede (Regulamento n.º 739/2021, publicado no DR n.º 153, 2.ª série, de 09.08.2021, na sua redação atual).

Referência A – Elaboração, acompanhamento e/ou análise, avaliação regulamentar, organização e instrução de processos de projetos de obras, incluindo os concebidos e planeados na Metodologia Building Information Modeling (BIM), de peças dos procedimentos de contratação pública e de gestão da execução de contratos relativos a empreitadas de obras públicas, a serviços de higiene e segurança no trabalho, a serviços de manutenção e conservação de edifícios, designadamente, manutenção de sistema de ventilação de ar condicionado, certificação energética, manutenção de elevadores, limpeza, segurança e outros relacionados.

Gestão de contratos de empreitadas e obras públicas, incluindo a utilização do BIM, de fiscalização, de coordenação de saúde em obra, de gestão da qualidade no âmbito de



certificação de marca de qualidade de empreendimentos e outros relacionados com a manutenção e conservação de edifícios.

Assunção do papel de gestor de informação em BIM.

Referência B - Elaboração, organização e instrução das peças dos procedimentos de contratação pública de processos de aquisição, bem como da gestão da execução de contratos relativos a empreitadas de obras públicas, de higiene e segurança no trabalho, serviços de fiscalização e coordenação de saúde em obra, gestão da qualidade no âmbito de certificação de marca de qualidade de empreendimentos e de outros serviços de manutenção e conservação de edifícios.

Exercício de funções consultivas, de estudo, planeamento, programação, avaliação e aplicação de métodos e processos de natureza técnica e/ou científica, que fundamentam e preparam a decisão na área do apoio jurídico, em especial no domínio da contratação e gestão da execução de contratos de empreitadas e obras públicas e bens e serviços.

Elaboração de relatórios, pareceres e informações jurídicas que fundamentem e preparem a decisão superior, nas áreas referidas.

Requisitos gerais de admissão

Trabalhadores integrados na carreira geral de Técnico Superior detentores de relação jurídica de emprego público previamente constituída na modalidade de contrato de trabalho em funções públicas por tempo indeterminado.

Requisitos específicos de admissão

Referência A – Licenciatura na área de Engenharia Civil.

Referência B – Licenciatura na área de Direito.

Requisitos preferenciais de admissão

Referência A - Conhecimentos aprofundados da legislação atinente às funções a desempenhar, designadamente, na área da contratação pública, do Código dos Contratos Públicos, e da legislação relacionada com a atividade de construção e projeto de obras públicas, do Regulamento Municipal de Urbanização e Edificação de Lisboa; do Decreto-Lei n.º 273/2003,



de 29 de outubro; da Lei n.º 31/2009, de 3 de julho; da Lei n.º 31/2009, de 3 de julho; da Portaria n.º 255/2023, de 7 de agosto e outra legislação aplicável às funções a desempenhar.

Bom domínio da língua portuguesa, escrita e falada.

Facilidade de utilização das ferramentas informáticas Word e Excel em ambiente Windows, AutoCad, Autodesk Docs (Autodesk Construction Cloud) BIM.

Referência B - Conhecimentos aprofundados da legislação atinente às funções a desempenhar, designadamente, na área da contratação pública, do Código dos Contratos Públicos; da legislação relacionada com a atividade de construção e projeto de obras públicas, do Regulamento Municipal de Urbanização e Edificação de Lisboa; do Decreto-Lei n.º 273/2003, de 29 de outubro; da Lei n.º 31/2009, de 3 de julho; da Lei n.º 31/2009, de 3 de julho; da Portaria n.º 255/2023, de 7 de agosto e outra legislação aplicável às funções a desempenhar.

Bom domínio da língua portuguesa, escrita e falada.

Facilidade de utilização das ferramentas informáticas Word e Excel em ambiente Windows.

Local de trabalho

O local de trabalho situa-se na sede da Direção-Geral do Tribunal de Contas sita na Avenida da República, n.º 65, 1050-189 Lisboa.

Prazo e forma de apresentação das candidaturas

Os/as interessados/as devem, no prazo de 10 dias úteis contados da data de publicação do presente aviso na Bolsa de Emprego Público (BEP), enviar requerimento dirigido ao Diretor-Geral do Tribunal de Contas, para o endereço recrutamentotecsups@tcontas.pt, identificando, no assunto do e-mail, o correspondente Código de Oferta e a referência (A ou B) a que se candidatam, acompanhado de curriculum vitae com descrição detalhada da experiência profissional, assinado pelo/a candidato/a, de uma declaração atualizada (até 6 meses) do serviço de origem com a menção expressa da modalidade de relação jurídica de emprego, da carreira/categoria, da posição e nível remuneratório atualmente detidos, bem como certificado, ou outro documento idóneo, legalmente reconhecido para o efeito, comprovativo das habilitações literárias.

Remuneração

A remuneração a auferir é a correspondente à posição remuneratória em que o trabalhador se encontra inserido na carreira/categoria de origem, a que acrescerá o pagamento de um suplemento remuneratório mensal de disponibilidade permanente.

Métodos de seleção

A seleção dos/as candidatos/as será efetuada com base na análise curricular, complementada com uma entrevista profissional de seleção, sendo apenas convocados/as para a realização da entrevista profissional de seleção os/as candidatos/as que, pela análise do respetivo currículo, demonstrem ter o perfil pretendido.

Observações

Proteção de Dados Pessoais

Em cumprimento do Regulamento Geral de Proteção de Dados, informa-se que os dados pessoais solicitados em sede de candidatura a este procedimento, apenas serão utilizados para efeitos do mesmo.

Em qualquer momento podem ser exercidos os direitos de acesso e oposição ao tratamento dos dados, nos termos da legislação em vigor.

12 de abril de 2024

O Diretor-Geral



Fernando Oliveira Silva